
Os Arquivistas, a Formação, a Profissão

MARIA JOÃO PIRES DE LIMA

Arquivo Distrital do Porto

SE ATENDERMOS às funções a que os técnicos superiores que trabalham nos arquivos portugueses são chamados a desempenhar, no âmbito da sua profissão, muito espanto causará a versatilidade, o empenhamento e o ânimo com que um grande número de arquivistas as executa. Extrapolando diariamente os seus conteúdos funcionais, deversificam tarefas e funções, confrontam-se com vazios legais que os impedem de levar a cabo o seu trabalho, e, mesmo assim vão desenvolvendo a sua actividade com dignidade e profissionalismo.

No entanto ao arquivista dos nossos dias são cada vez mais exigidas especializações dentro da sua área. O arquivista não responde às necessidades em termos de informação de um organismo administrativo onde gera *dossiers* correntes e procede à

avaliação e selecção dos documentos regularmente, da mesma forma que o faz num arquivo histórico, embora o objectivo final seja o mesmo — tornar a informação acessível.

Convirá não esquecer que desde sempre existiram arquivos e que a necessidade da sua conservação e utilização é anterior aos actuais *serviços de informação*. Hoje em dia, os arquivistas reivindicam o direito de intervir sobre os documentos desde a sua criação até à sua eliminação, numa cadeia documental de desenvolvimento lógico que comporta a teoria das três idades e onde o valor primário e secundário dos documentos se equilibram harmoniosamente.

A sociedade contemporânea exige respostas rápidas e tomadas de decisão fundamentadas, para as quais precisa de utilizar, e bem, a informação de que dispõe.

Informação significa progresso e, nos países mais desenvolvidos, o seu tratamento é já considerado fundamental, pois os sistemas de governo moderno devem adoptar práticas de planificação coerentes, para as quais carecem de informação, na medida em que esta e a sua tecnologia produzidas em grande escala se tornam num factor económico importante.

Uma sociedade que negligencia a informação e como tal os seus arquivos, põe em causa as suas origens, a sua identidade e condiciona o seu desenvolvimento.

O papel do arquivista consiste então em ajudar aquela sociedade a encontrar novos meios para constituir, conservar e tornar acessível o seu património documental.

Estão os arquivistas preparados e sobretudo equipados para poderem responder às exigências da sociedade dos finais do nosso século? Possuem as atitudes, os conhecimentos e as competências que lhes solicitam?

Na realidade estão abertos novos domínios para os quais a formação clássica não prepara na totalidade.

As escolas de ensino da arquivística têm de orientar a sua formação de acordo com as necessidades da sua época.

A sociedade mudou, os arquivos mudaram e os arquivistas também, pelo que se torna urgente que se redefina o quadro da formação destes profissionais no nosso país.

Uma formação sólida em arquivística cria competências e permite

que profissionais qualificados estejam aptos a assumir as suas responsabilidades, sendo pois indispensável a criação de um corpo de conhecimentos científicos e um programa de ensino específico e completo.

Que se passa com a formação arquivística em Portugal? Corresponde especificamente ao emprego e ao mercado de trabalho?

Uma sociedade que negligencia a informação e como tal os seus arquivos, põe em causa as suas origens, a sua identidade e condiciona o seu desenvolvimento.

Não nos cabe aqui fazer uma análise detalhada dos diferentes cursos ministrados; julgamos ser já do senso comum que o actual Curso de Especialização em Ciências Documentais não proporciona a preparação adequada aos futuros técnicos.

Entendemos ser essencial que, ao contrário daquilo que se verifica em alguns países, se exija uma formação prévia à entrada no mercado de trabalho, sempre em permanente ligação à realidade da profissão.

Se uma parte da bagagem teórica, metodológica e prática dos futuros arquivistas lhes pode advir da sua formação superior, é no entanto no curso de arquivística que lhes deverão ser fornecidos os fundamentos teóricos e as capacidades práticas para o desenvolvimento da sua profissão.

A escola terá que ser não só um espaço que sensibilize e prepare os formandos mas, de igual modo, um espaço de discussão, de pesquisa científica para a inovação no quadro dos princípios fundamentais da arquivística, um espaço de diálogo e intercâmbio com organismos internacionais e com as instituições arquivísticas do país (os serviços de arquivo) e as associações profissionais, um espaço de criatividade e de constante renovação.

A inexistência de institutos, universidades, centros, etc., onde o desenvolvimento da pesquisa arquivística se efectue, não abona em favor do sistema de ensino nacional e põe em causa a renovação dos conhecimentos dos docentes, indispensável à sua actualização.

Que tempo é dedicado à pesquisa? A arquivística não pode ser vista como um conjunto de práticas e procedimentos que se vão adaptando às novas tecnologias; a sua base teórica advém da reflexão e da pesquisa, essenciais para o desenvolvimento dos conhecimentos científicos e técnicos do arquivista e para a obtenção de respostas aos novos desafios que se colocam. O ensino e a pesquisa têm que andar lado a lado para se concretizarem.

Um corpo docente de carreira a tempo inteiro, complementado com professores convidados a tempo parcial, apoiados numa experiência comprovada, permitiriam de uma forma equilibrada aliar a teoria à

prática e tornariam possível uma permanente ligação à profissão e à realidade dos serviços.

Estágios integrados no meio profissional, a organização assídua de conferências, colóquios, seminários, sessões de trabalho, através do convite a especialistas, bolsas de estudo, estágios no estrangeiro, visitas de estudo completariam uma formação pertinente, especializada, eficaz e profissional.

A inexistência de institutos, universidades, centros, etc., onde o desenvolvimento da pesquisa arquivística se efectue, não abona em favor do sistema de ensino nacional e põe em causa a renovação dos conhecimentos dos docentes indispensável para a sua actualização.

Quanto aos centros de formação, sem adiantar mais do que o óbvio, precisam de contar com meios adequados às suas funções — instalações próprias; recursos financeiros suficientes, acesso a bibliografia actualizada; apetrechamento de laboratórios de conservação, de reprografia, e de informática, equipados com novas tecnologias; acesso a meios pedagógicos indissociáveis das práticas do ensino.

A profissão necessita de um quadro de formação que permita aos seus técnicos inovar e que lhes forneça um corpo de saber especiali-

zado, para darem resposta à sofisticação das administrações modernas, e da investigação, permitindo-lhes acompanhar com êxito a viragem tecnológica.

Os diferentes contextos em que os arquivistas trabalham exigem-lhes hoje em dia uma sólida base teórica comum, que poderá posteriormente conduzir à especialização em funções arquivísticas particulares (arquivos históricos, arquivos administrativos, arquivos municipais, arquivos de empresa, etc.).

Para lhes ser requerido um trabalho mais exigente e complexo, com novos métodos, em face do volume documental, das novas tecnologias, e dos novos suportes é preciso apetrechá-los.

A recolha, a avaliação, a selecção, a conservação e a difusão são os grandes objectivos dos arquivistas de todos os tempos e como tal não são postos em causa; o que vai variando é o peso de cada uma destas funções e os princípios e práticas utilizadas.

A competência dos arquivistas está na sua capacidade em tornar acessível a informação, quer esta se encontre nos suportes tradicionais: pergaminho, papel, ou fitas magnéticas, suportes informáticos e ópticos, em arquivos históricos ou correntes.

Não cabe ao técnico de informação generalista tratar conjuntos documentais estruturados que deverão ser tratados segundo princípios e métodos apropriados.

A formação clássica baseada nas ciências auxiliares da História, na qual muitas escolas ainda assentam os seus currículos, não responde às expectativas da sociedade actual. No entanto essa inadequação é perfeitamente transponível.

Cabe à escola orientar e estruturar os seus currículos de acordo com as exigências da sua época, como aliás se tem verificado ao longo dos tempos, e aos arquivistas, determinado o contexto da sua evolução, fixar o conteúdo da sua formação.

A recolha, a avaliação, a selecção, a conservação e a difusão são os grandes objectivos dos arquivistas de todos os tempos e como tal não são postos em causa; o que vai variando é o peso de cada uma destas funções e os princípios e práticas utilizadas.

No que respeita aos quadros médios (actuais técnicos-adjuntos de arquivo, da função pública), representam sem dúvida um corpo extremamente importante no apoio a tarefas de menor especialização, pelo que deixamos aqui um breve apontamento.

Os cursos técnico-profissionais ministrados pelas escolas do ensino secundário oficial e pelas escolas profissionais do ensino privado desde 1989/1990, integradas na nova reforma do sistema educativo, pare-

cem-nos ser uma boa resposta para a gravíssima lacuna que até então se verificava na formação dos técnicos intermédios.

Uma boa preparação deste pessoal traduzir-se-á numa maior rentabilização do trabalho e dos custos dos serviços de arquivo, na medida em que muitas das tarefas actualmente ainda desenvolvidas pelo pessoal superior poderiam e deveriam ser executadas por estes técnicos, libertando aqueles para a planificação, organização e gestão do processo documental e dos serviços.

Os cursos actualmente já em funcionamento — o de Arquivo, da área ocupacional Bibliotecas, Arquivos e Documentação, da via técnico-profissional das escolas do ensino secundário e o de Técnico de Informação BAD - Arquivo, das escolas profissionais privadas, profissionalmente qualificantes de nível 3, podem ser uma boa aposta e ir ao encontro das expectativas quanto às competências que os alunos devem adquirir.

Em consonância com o que expusémos sobre a formação de nível superior, também aqui os futuros técnicos necessitam de sair equipados com os meios que os tornem capazes de responder às solicitações do mundo do trabalho, desenvolvendo competências e proporcionando-lhes conhecimentos específicos para que se encontrem preparados para o exercício futuro da profissão.

A opção até agora tomada de não integrar os futuros técnico-profis-

sionais de arquivo em *cursos generalistas de informação* permite-lhes adquirir uma formação sólida, oferecendo-lhes por um lado uma visão global do valor da informação, o modo comum como é produzida, usada e disseminada, e simultaneamente torna-os capazes de conscientemente contribuir para o desenvolvimento de qualquer serviço de arquivo em que venham a estar envolvidos.

Um país sem arquivistas é um país sem Arquivos, e um país sem Arquivos é um país sem Memória, sem Cultura, sem Direitos.

Este país que há mais de um século institucionalizou o curso de Bibliotecário-Arquivista (29 de Dezembro de 1887) tem ainda um grande caminho a percorrer no campo da formação. A ausência de um plano concertado no que respeita à formação contínua não torna possível colmatar as deficiências e não permite uma actualização permanente, pondo em causa, uma vez mais, o trabalho desenvolvido por aqueles profissionais.

É imprescindível a realização de cursos periódicos de aperfeiçoamento e reciclagens, organizados por centros de formação, pelas associações profissionais, pelas instituições responsáveis pela coordenação da política arquivística nacional, para

que possam acompanhar a mudança. O diálogo e a troca de experiências favorecem a uniformização de critérios e rentabilização do trabalho.

O acesso a bases de dados e a centros de pesquisa internacionais colmataria ainda algumas lacunas sentidas e contribuiria para o prestígio da profissão.

Aos arquivistas ainda não foram reconhecidas as competências e as responsabilidades que, por direito, lhes cabem. O prestígio social de uma profissão e o seu reconhecimento traduzem-se nas práticas e nos resultados obtidos.

O acesso à profissão e o estatuto profissional não atraem os candidatos, nem estimulam os que abraçaram a carreira, conduzindo-os à desactualização, ao desinteresse, à estagnação e à desinformação.

Um país sem arquivistas é um país sem Arquivos, e um país sem Arquivos é um país sem Memória, sem Cultura, sem Direitos.

É urgente reflectir e actuar.

Bibliografia

ALEGBELEYE, Gabriel O.

«L'élaboration d'un programme d'étude en archivistique: a quelles sources doit-on puiser, de quelles disciplines doit-on s'inspirer, pourquoi et comment?», in *Congrès International des Archives (XII), Montréal, 1992 — La profession d'archiviste à l'ère de l'information*. Montréal, 1992.

ARCHIVUM, Munchen-New York-London-Paris, 34, 1988.

COOK, Michael

Guidelines for curriculum development in records management and the administration of modern archives: a RAMP study. Paris, UNESCO, 1982.

COUTURE, Carol

«A formação em Arquivística», *Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação*, Lisboa, (2) 1989, p. 21-29.

COUTURE, Carol

«Diploma de arquivística da escola de biblioteconomia e das ciências da informação da universidade de Montréal», *Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação*, Lisboa, (2) 1989 p. 33-37.

HARITZ, Angelika Menne

«Formation en archivistique: pour répondre aux besoins du XXI siècle», in *Congrès International des Archives (XII), Montréal, 1992 — La profession d'archiviste à l'ère de l'information*. Montréal, 1992.

LIMA, Maria João Pires de; LACERDA, Silvestre de Almeida

«A formação tecnológica e profissional na área de arquivo. Os novos currículos para o ensino secundário», in *Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (4.º)*, Braga, 1992 — *Informação. Ciências. Cultura. Bibliotecas e Arquivos para o ano 2000*. Actas. Braga, 1992, v. 1, p. 475-499.

LOPEZ GOMEZ, Pedro

«Hacia donde va la formación de archiveros?», in *Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas*

(4.º), Braga, 1992 — *Informação. Ciências. Cultura. Bibliotecas e Arquivos para o ano 2000. Actas. Braga, 1992, v. 1, p. 500-520.*

LOPEZ GOMEZ, Pedro

«La formation en archivistique: des spécialistes ou des généralistes?», in *Congrès International des Archives (XII)*,

Montréal, 1992 — *La profession d'archiviste à l'ère de l'information. Montréal, 1992.*

PEDERSON, Ann E.

«Publication et recherche», in *Congrès International des Archives (XII)*, Montréal, 1992 — *La profession d'archiviste à l'ère de l'information. Montréal, 1992.*

JOSE MARIA JARDIM
MARIA ODILA RONSECA

Universidade Federal Fluminense, Brasil

...[...] consideramos as nossas obras de conhecimento como bens que
seu trabalho, como se o conhecimento não fosse a esse respeito...

E. M. de

Um dos aspectos mais frequen-
tes nas tentativas de defini-
ção do conceito de Ciência
da Informação reside na interdis-
ciplinaridade que esta ciência emer-
gente desenvolveu com outras
áreas do conhecimento. Por diversos
discursos a respeito, a ciência da

Ciência da Informação com a Arqui-
vística. Ainda que consideramos em
suas distintas perspectivas e particu-
laridades, a informação registrada
é considerada por ambos os discipli-
nas. No entanto, não se deve ter em
conta apenas a informação registrada
de um determinado momento